

CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO DE SANTA MARIA, RS*

Carmen Luyara Canabarro LEAL
Mestranda PPGGEO/UFSM

Eduardo Schiavone CARDOSO
Prof. Dr. do Departamento de Geociências/UFSM

Resumo

Este artigo traz contribuições sobre as condições de trabalho dos docentes da educação básica pública e as implicações para a saúde dos mesmos, procedendo, ainda, a uma breve análise relacionada ao ensino de Geografia nesta conjuntura. O estudo foi realizado na cidade de Santa Maria, RS, no ano de 2013, por meio da consulta aos sindicatos SINPROSM, CPERS-sindicato e SINASEFE, bem como a professores de Geografia. Realizou-se, também, uma pesquisa bibliográfica acerca da espoliação e da precarização do setor educacional no contexto do sistema capitalista e das consequências para a saúde desses trabalhadores. Foram constatadas ocorrências de problemas de ordem física, mental e emocional, algumas vezes causadores de afastamentos. Essas questões revelam a importância da valorização do trabalho do professor e a necessidade de melhores condições laborais a fim de possibilitar, conseqüentemente, um ensino de Geografia com mais qualidade.

Palavras-chave: trabalho docente; saúde docente; ensino de Geografia; educação.

CONTRIBUCIONES AL ANÁLISIS DE LAS CONDICIONES DE TRABAJO Y SALUD DE LOS PROFESORES DE GEOGRAFÍA DE EDUCACIÓN BÁSICA PÚBLICA DE SANTA MARIA, RS

Resumen

Este artículo aporta contribuciones sobre las condiciones de trabajo de los profesores de educación básica pública y las implicaciones para la salud de los mismos. Además, un breve análisis relacionado con la enseñanza de la Geografía en esta coyuntura. El estudio se realizó en la ciudad de Santa Maria/RS en 2013, mediante la consulta a los sindicatos SINPROSM, CPERS-sindicato y SINASEFE, así como profesores de Geografía, también pesquisa de la literatura considerando el espoliación y precariedad del sector de la educación en el contexto del sistema capitalista y las consecuencias para la salud de estos trabajadores. Se observaron las ocurrencias de problemas físicos y de orden mentales y emocionales, a veces causadores de ausencias. Estas preguntas revelan la importancia de valorar el trabajo de los profesores y mejores condiciones de trabajo, así permitiendo una mejor enseñanza de la Geografía.

Palabras clave: trabajo docente; salud docente; enseñanza de Geografía; educación.

CONTRIBUTIONS TO THE ANALYSIS OF WORKING CONDITIONS AND HEALTH OF GEOGRAPHY TEACHERS OF BASIC PUBLIC EDUCATION OF SANTA MARIA, RS

Abstract

This paper brings contributions about the working conditions of teachers of public basic education and the implications for the health of themselves. Still, a brief analysis related to the teaching of Geography at this juncture. The study was conducted in the city of Santa Maria/RS in 2013, by consulting unions SINPROSM, CPERS-sindicato and SINASEFE as well as teachers of Geography, besides the literature considering the spoliation and precarization of the education sector in the context the capitalist system and the consequences for the health of these workers. Occurrences of physical problems and order mental and emotional were noted, which sometimes causes absences. These questions reveal the importance of valuing the work of teachers and better working conditions, in order to enable better teaching of Geography.

Keywords: teaching work; teacher health; Geography teaching; education.

*Este artigo é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A saúde do professor de Geografia do Ensino Básico Público de Santa Maria/RS” realizado em 2013, para a graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1. Introdução

Este texto é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2013, em que se pretendeu compreender de que forma ocorre a relação do professor com seu espaço de trabalho quanto ao que diz respeito à preservação da sua saúde. Questionou-se, assim, quais são as condições de trabalho dos professores do ensino básico público da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS) e as implicações disso para sua saúde, com enfoque especial aos professores de Geografia.

Em meio à crise da educação básica brasileira, alguns problemas vêm sendo cada vez mais discutidos, como, por exemplo, a baixa qualidade do setor educacional. Nesse contexto, as más condições de trabalho dos professores também são trazidas à tona, bem como os inúmeros fatores que vêm atuando como obstáculos para a eficiência da educação e da qualidade de vida dos profissionais da área, o que desencadeia problemas de saúde física, mental e emocional.

Em decorrência disso, muitos profissionais que atuam no ensino acabam se afastando do trabalho devido ao estresse no ambiente laboral, à desvalorização profissional e ao excesso de carga horária. Problemas de depressão aparecem seguidamente como causas do afastamento, inclusive levando à aposentadoria em casos extremos. Essas questões motivaram a realização desta pesquisa.

Para a escolha do tema, considerou-se a precarização do ensino básico público brasileiro, motivo pelo qual os professores vem perdendo sua autoestima e o reconhecimento de seu trabalho. As razões para isso podem ser diversas, como cargas horárias em excesso, má remuneração e alunos desmotivados, o que desencadeia problemas de saúde. Esses assuntos intrigam e geram debates no âmbito dos cursos de licenciatura, cabendo à academia analisar o trabalho dos professores em meio a um sistema capitalista em expansão, que exige aumento da produtividade sem recompensa salarial, espoliando de forma intensa os trabalhadores.

A questão apresentada pode já ser de conhecimento geral da população, pois são notáveis os problemas enfrentados pelos professores do ensino básico brasileiro por meio, por exemplo, das frequentes greves trabalhistas. Cabe aqui trabalhar esses conhecimentos fundamentados teórica e metodologicamente. Para a realização desta pesquisa, foram consultadas três fontes primárias de informação: os sindicatos docentes relacionados ao ensino público atuantes na cidade de Santa Maria, os serviços de assistência à saúde dos professores do município e os questionários a docentes de Geografia da educação básica pública.

Os sindicatos de professores da educação básica atuantes no município foram visitados a fim de analisar o papel destes nas questões que envolvem a saúde do professor e as condições de

trabalho docente. Para Santos (1987, p. 27), a sindicalização, direito político consagrado em todo o mundo ocidental, é reconhecida como a forma mais adequada de que dispõe o operariado para encaminhar reivindicações materiais e imateriais, quantitativas e qualitativas. Em Santa Maria, os professores da rede pública organizam-se em três sindicatos, de acordo com os níveis de atuação: Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (SINPROSM) – municipal; Centro de Professores Estaduais do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS-sindicato) – estadual; e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) – federal.

O SINPROSM existe desde 1989, atuando por meio de uma coordenação não presidencialista com seis coordenadores executivos e seis suplentes, três coordenadores de finanças e três suplentes. Também há o coordenador de orçamento e patrimônio, que representa o sindicato juridicamente. Além de professores, existem quatro pessoas cedidas pela prefeitura que trabalham no sindicato. De acordo com a coordenação, em conversa realizada em outubro de 2013, existiam cerca de 1.500 professores na rede municipal da cidade, dos quais 1.200 eram associados ao SINPROSM. Para se associar, é necessário preencher uma ficha de filiação pelo *site* ou pessoalmente, sendo descontado 1% do salário como mensalidade. O *site* desse sindicato afirma haver mais de 1.700 professores sindicalizados, que usufruem de suas ações e de seus benefícios, tais como representação na luta pela melhoria do Plano de Carreira, assistência jurídica, atendimento na sede para sanar dúvidas, biblioteca e videoteca sem custo de locação, acesso à internet, serviço de cópias, lista de prestadores de serviço e empresas conveniadas que oferecem desconto aos sindicalizados, jornal impresso mensal, *site*, além da realização do Seminário Educação em Foco, que trata de assuntos sugeridos pelos professores. Também afirma que atua de forma democrática e independente do Executivo Municipal, na luta em defesa do magistério (SINPROSM, 2013).

Já o CPERS-sindicato surgiu em 1945 como Centro de Professores Primários Estaduais, passando, ao longo do tempo, a CPERS e a CPERS-sindicato, com o propósito de proporcionar educação pública de qualidade, dignidade profissional e defesa intransigente da democracia. De acordo com o seu estatuto, tem onze finalidades, dentre as quais estão: promover a união dos trabalhadores em educação do Estado do Rio Grande do Sul; representar a categoria; encaminhar reivindicações dos seus associados nos planos educacional, salarial, social, cultural, político, previdenciário, funcional e sindical; reivindicar junto aos Poderes Públicos, isoladamente ou em conjunto com entidades e órgãos comunitários, uma política educacional que atenda aos interesses da população brasileira; e lutar por uma escola pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade.

O SINASEFE, por sua vez, tem como objetivo fundamental a defesa dos interesses da categoria e a luta em defesa da educação pública de qualidade, gratuita e laica. Existe desde 1998, o que significa que foi fundado dez anos após a Constituição de 1988, a qual consolidou o direito de sindicalização dos servidores públicos.

A pesquisa junto aos órgãos públicos responsáveis pela saúde e previdência dos servidores da educação consistiu na segunda fonte de informações. Tomando como princípio o fato de que o número de licenças médicas dos docentes pode ser considerado um indicador de suas condições de trabalho e saúde, foram pesquisados dados acerca de afastamentos dos servidores municipais junto ao Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria (IPASSP-SM). Para as demais esferas do ensino público, não foi possível obter informações primárias sobre os serviços de assistência.

Vale considerar, entretanto, que os afastamentos e as licenças ocorrem não somente por motivos de saúde, mas também devido à licença-maternidade, recorrente entre trabalhadoras da educação, à licença para acompanhamento de tratamento de familiares e a outras licenças. Nesse sentido, deve-se ponderar o uso da informação obtida.

Tendo esses elementos em consideração, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas a sete professores de Geografia em novembro e dezembro de 2013, consistindo na terceira fonte de informação. Embora reconhecemos que trata de uma amostra pequena, os professores convidados para contribuir na pesquisa, atuaram como regentes dos estágios curriculares do curso de Geografia Licenciatura/UFSM de 2013, consistindo em um universo de análise que permite uma aproximação qualitativa com o tema de investigação. Esses professores fizeram parte dos estágios curriculares do curso de Geografia – Licenciatura da UFSM de 2013, meio pelo qual foram contatados. Os questionários continham dez questões sobre os seguintes tópicos: anos de trabalho na docência; carga horária semanal; nível de ensino e séries em que atua; se é associado a algum sindicato de professores; se possui plano de saúde; se já foi necessário afastamento do serviço por algum problema de saúde e, em caso de resposta afirmativa, por qual problema; se percebe colegas com problemas de saúde causados pelas condições de trabalho; o que acredita que pode melhorar a qualidade da educação brasileira; o que acredita que pode melhorar o ensino de Geografia em específico; e quais as satisfações e insatisfações com a profissão de forma geral.

Com base nas informações levantadas e no referencial teórico proposto, buscou-se, assim, analisar as condições de trabalho docente e sua saúde, com ênfase nas peculiaridades relatadas pelos professores de Geografia.

2. O trabalho do professor: contextualização teórica da temática

Sob a perspectiva deste trabalho, o professor é visto como pertencente a uma classe trabalhadora inserida em certo contexto social, político e econômico. Antunes (2007, p. 102), baseado nas formulações de Marx, pondera que, no sistema capitalista, todo trabalhador fabril e assalariado é produtivo; porém, nem todo trabalho assalariado pode ser considerado produtivo. O autor explicita, ainda, que é preciso refletir sobre a noção contemporânea de classe trabalhadora como algo que incorpora a totalidade dos trabalhadores, dentre eles o professor.

Alves (2009, p. 99) corrobora essa concepção, afirmando que a classe dos trabalhadores assalariados significa a “classe” do proletariado propriamente dito, constituída por “trabalhadores produtivos” e “trabalhadores não-produtivos”. Assim, o trabalhador professor, ainda que não produza mais-valia, enquadra-se na concepção de classe trabalhadora ou mesmo de proletariado. Os “trabalhadores livres” ou trabalhadores assalariados, isto é, homens e mulheres que trabalham sob condições de subalternidade/assujeitamento à relação-capital, estão imersos na “condição de proletariedade” – “condição social-material (e universal) da existência humana sob a modernidade do capital” (Alves, 2009, p. 107).

Nesse contexto, uma consideração importante a ser feita é a diferença entre as denominações “exploração” e “espoliação”. De acordo com Alves (2009, p. 97), enquanto exploração significa expropriação sistêmica do excedente produzido pelos “trabalhadores produtivos” (mais-valia), espoliação refere-se aos demais trabalhadores assalariados, sendo qualificada como a opressão de classe, que ocorre por meio de transferência/expropriação extraeconômica (ou melhor, extrassistêmica) da riqueza ou do trabalho produzido pelos produtores.

O mesmo autor problematiza o conceito de classe proletariada, permanentemente discutido no âmbito das Ciências Sociais. Utiliza-se do debate contemporâneo acrescentando a noção de classe precariada, ideia recentemente criada por *Guy Standing*², que julga ser uma nova classe social constituída por indivíduos com ensino superior sem perspectivas de retorno da sua formação, ou então que ocupam cargos com status inferiores ao de sua família. Também confronta com as idéias de Ruy Braga³, afirmando que a classe precariada está inserida à assalariada, negando esta conceituação. Finaliza considerando o precariado como sendo uma nova camada da classe social do proletariado, com demarcações categoriais bastante precisas tais como: uma camada média do proletariado urbano, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social (ALVES, 2013).

² Autor do livro *The Precariat: The new dangerous class*. STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

³ Trata do assunto na seguinte bibliografia: BRAGA, R. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Professores são indivíduos graduados, muitos com pós-graduações, mas seriam eles considerados profissionais inseridos em uma relação precária no mercado de trabalho? Eles correspondem às perspectivas de sua formação? Essas perspectivas pressupõem a precarização? Considerando ou não a conceituação de classe precariada, alguns fatos são inegáveis a respeito dos professores: trata-se de trabalhadores que passam por um processo de precarização, assim como tantas outras profissões, associado ao atual modo de produção capitalista.

Além de ser refém do capital, o sistema escolar é também dependente do Estado e de suas forças produtivas, o que permite compreender os motivos pelos quais a educação, de forma geral, muda dependendo do país e da classe social, o que altera, conseqüentemente, a situação trabalhista dos professores. Nos países subdesenvolvidos, nas palavras de Santos (1987, p. 11), deixaram de ser permitidos: a defesa do direito ao trabalho e a uma remuneração digna, o reclamo dos bens vitais mínimos, o direito à informação generalizada, o direito ao voto e, até mesmo, à salvaguarda da cultura. Sob esses mesmos imperativos, como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, Antunes (2007, p. 15) menciona as profundas mutações no mundo do trabalho:

[...] Dentre elas [mutações no mundo do trabalho] podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um contingente crescente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Dando-se destaque às condições a que estão submetidos os professores, pode-se partir de uma questão bastante lembrada quando se menciona a profissão: o baixo salário. “Em seu movimento histórico, a precarização de classe tende a constituir (e desconstituir) formas de precariedade salarial” (ALVES, 2009, p. 106). Não sendo o único fator de insatisfação, constitui um dos mais evidentes, principalmente se a importância social desses trabalhadores e sua formação acadêmica forem consideradas.

A baixa remuneração leva a outro fator de precarização que é a alta carga horária, extrapolando o tempo presente em dala de aula. Além de trabalhar 40 horas semanais, o professor sempre necessita de tempo extra para preparar suas aulas para diversas turmas e séries, corrigir provas e trabalhos, buscar atividades que melhorem suas práticas, dentre outras atribuições da profissão pelas quais são cobrados, pois independente da área em que lecionam, necessitam de constante atualização, bem como responder a prazos e metas.

Contabilizando o tempo diário de envolvimento com a profissão e desconsiderando os que acumulam jornadas de 50 ou 60 horas semanais, pode-se afirmar que a carga horária ultrapassa, facilmente, oito horas diárias. A redução da carga horária é uma conquista que remete à Revolução

Industrial, embora seja reivindicada ainda hoje, sendo uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui em um mecanismo de contraposição à extração do sobre trabalho, realizada pelo capital (ANTUNES, 2007, p. 174).

No caso dos professores, uma das principais justificativas para a alta carga horária é garantir uma maior renda mensal, já que os concursos públicos costumam ser para 20 horas semanais. Como o salário é relativamente baixo, principalmente considerando-se que o professor possui, no mínimo, graduação, o trabalhador tende a aumentar o tempo de trabalho para manter um determinado padrão de vida ou padrão de consumo, degradando sua vida pessoal (ALVES, 2009, p. 128).

O professor sente-se, de alguma forma, refém das condições (ou da falta de) impostas pelo capital, gerando um processo de despersonalização. Como salienta Alves (2009, p. 129), as implicações do capitalismo neoliberal proliferam as “doenças da alma” e transformam o estresse em um problema universal, de modo que boa parte das doenças do trabalho diz respeito à mente e não ao corpo somente.

É evidente que patologias do corpo também se fazem presentes na rotina dos professores, com destaque especial aos problemas nas cordas vocais e na coluna. Entretanto, algo característico da opressão de classe são os problemas relacionados à mente, já que “[...] esta é a dinâmica psicossocial do capital – rebaixar a auto-estima das individualidades pessoais para torná-las susceptíveis às artimanhas da manipulação sistêmica” (ALVES, 2009, p. 133). Assim, rebaixada a autoestima, são tratados como objetos, nas palavras de Santos (1987, p. 19), “as burocracias – estilo brasileiro – nos tratam como se fôssemos objetos, desde a filosofia do emprego às exclusões consagradas”.

E quando questionamos se é fácil, ou não, ser um sujeito professor(a) na escola de hoje, uma resposta parece ser unânime: há desconforto e desmotivação em relação às condições de trabalho que a sociedade nos apresenta (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 36).

Com base nesse “desconforto e desmotivação”, surgem diversos questionamentos acerca, por exemplo, da baixa qualidade do ensino e dos problemas de saúde acarretados. A esse respeito, Bernardes (2012, p. 184), em seu texto intitulado “A precarização do trabalho docente no ensino público estadual do estado de São Paulo e a territorialização do capital na educação – uma análise a partir de Ourinhos”, afirma que os problemas de saúde que acometem os profissionais são evidentes, já que muitos desses podem desenvolver patologias, físicas e mentais, que estão diretamente relacionados ao quadro de sucateamento da educação e do trabalho docente.

As patologias não surgem apenas em razão das questões já expostas, que são o baixo salário e o excesso de trabalho, mas também em virtude de outros aspectos como a baixa autoestima e o

desprestígio. O relatório “Professores do Brasil: Impasses e Desafios”, solicitado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e escrito por Gatti e Barretto (2009, p. 240), mostra que o salário inicial dos professores tem sido baixo quando comparado a outras profissões que exigem formação superior. Carreira e salários que estão associados ao desprestígio profissional, certamente, pesam tanto na procura por cursos de graduação na área quanto no ingresso e na permanência na profissão.

O docente possui, assim, insatisfações no seu emprego referentes especialmente ao baixo salário, o que, conforme já mencionado, torna-se evidente durante greves e paralisações. Para Bernardes (2012, p. 184), as consequências desse quadro de precarização são ainda mais visíveis quando se observam aspectos como jornada integralizada, na escola e no domicílio, baixos salários, insatisfação pessoal com o vínculo empregatício e pressão de superiores para que o docente cumpra uma função predeterminada.

Além do fato de os professores serem poucos valorizados, a comunidade em geral, muitas vezes, não julga ser tão importante o investimento em educação, como pode ser percebido no descaso por parte de alguns pais com relação à situação trabalhista dos docentes e ao desempenho escolar de seus próprios filhos. Esse aspecto pode ser definido como o valor simbólico que uma sociedade dá a determinada profissão.

Segundo Gatti e Barretto (2009, p. 238), o estudo de diversas carreiras profissionais no âmbito das sociedades contemporâneas mostra características ligadas não só à especialização associada ao exercício do trabalho, como também relacionadas ao valor simbólico e social a elas atribuído, o que varia no tempo e no espaço em função de aspectos da cultura e da educação e da organização política da região em que determinada profissão é exercida. A valorização social real de uma área profissional traz reflexos para as estruturas de carreira e os salários e/ou condições de trabalho relativas a essa carreira. Os autores ressaltam, ainda, que

A representação da docência como ‘vocação’ e ‘missão’ de certa forma afastou socialmente a categoria dos professores da ideia de uma categoria profissional de trabalhadores que lutam por sua sobrevivência, prevalecendo a perspectiva de ‘doação de si’, o que determinou, e determina em muitos casos, as dificuldades que professores encontram em sua luta categorial por salários, dificuldades estas que estão presentes no âmbito social e político, bem como na cultura intracategoria (GATTI; BARRETTO; 2009, p. 239).

Nesse sentido, Gasparini et al. (2005, p. 191), em um artigo intitulado “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde”, apresentam a noção da defasagem das condições de trabalho em face das metas traçadas e efetivamente alcançadas, as quais acabam gerando sobre-esforço dos docentes na realização de suas tarefas e podem levar, inclusive, ao

afastamento da função. Esse afastamento seria causado, justamente, pelas condições de trabalho e pelas circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar, podendo ocasionar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas.

Corroborando esse pensamento, em um artigo intitulado “Condições de trabalho e saúde docente”, Mendes (2006) reafirmam os vários aspectos já discutidos neste texto que dificultam um adequado trabalho docente e que acabam por afetar a saúde desses profissionais. O autor menciona, também, a presença de sobrecarga devido à preocupação com a universalização do acesso ao ensino e com a qualidade da educação brasileira, que tomou expressão nas ações políticas implantadas a partir da segunda metade da década de 1990. Afirma, ainda, que a falta de condições de trabalho representa para a escola um dos inúmeros problemas que esta tem de enfrentar, já que esta falta de condições vem provocando doenças nos professores, o que compromete todo o processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se, assim, que as causas que acometem os docentes no Brasil são inúmeras, incluindo desvalorização salarial, sobrecarga de trabalho e falta de reconhecimento profissional. Esses aspectos, embora já reconhecidos pela literatura que trata do tema, ainda precisam ser mais bem compreendidos para que seja possível refletir sobre as condições de trabalho desses profissionais no intuito de melhorá-las, transformando, conseqüentemente, a qualidade do ensino no país. Dessa forma, a fim de contribuir para a área, na seção a seguir, apresentam-se os resultados obtidos por esta pesquisa.

3. Os sujeitos, as instituições sociais e a saúde docente em Santa Maria: observações empíricas

Cada sindicato pesquisado possui ações e preocupações referentes às condições de trabalho e à saúde dos docentes sindicalizados. No SINPROSM, verificou-se que um dos aspectos atualmente discutido consiste no plano de saúde oferecido aos servidores municipais, tendo em vista que a prefeitura possui um Fundo de Saúde do Servidor que paga um plano privado, selecionado por meio de uma licitação. Entretanto, esse fundo não está sendo suficiente, de modo que a fatura tem sido maior que a arrecadação, assim o preço da mensalidade é aumentado.

Segundo o sindicato, existiam 5.300 usuários do plano municipal de saúde, entre titulares e dependentes, com um custo de R\$ 224,00 por pessoa da família. Na visita ao IPASSP-SM, em dezembro de 2013, obteve-se outra informação a esse respeito, indicando que o número de usuários deste plano de saúde seria 2.846. O desencontro dos dados pode ter ocorrido devido ao recente abandono de muitos usuários, que deixaram de participar do plano por não ter condições de pagar o

valor solicitado. Esse plano de saúde é disponível a todos os funcionários municipais, não havendo uma classificação dos participantes de acordo com o seu cargo, motivo pelo qual não foi possível obter o número exato de professores que aderem ao plano.

Por meio de licitação, que ocorre a cada cinco anos, é feita a seleção da empresa prestadora de serviços. Atualmente, esse é um dos fatores de insatisfação dos usuários, que, por anos seguidos, foram atendidos por uma empresa com baixos custos. Esta foi substituída por outra empresa, que não conseguiu cobrir suas próprias despesas e acabou “quebrando” fazendo com que, por meio de contrato emergencial, a empresa anterior retornasse com um valor mais alto, gerando a desistência de muitos funcionários.

Essa questão é a que gera maiores discussões, sendo motivo de protestos por parte dos professores e demais servidores municipais. O salário dos docentes não é suficiente para pagarem o plano de saúde ofertado, embora sejam os profissionais municipais que mais solicitam licenças de saúde, indicando um exemplo claro de precarização.

Dentre as ações dos docentes estaduais, o CPERS-sindicato tem realizado estudos sobre a saúde dos professores do Rio Grande do Sul, possuindo duas publicações sobre o assunto. Uma delas, intitulada “Cuidado! A saúde da educação está em perigo”, de 2012, trata dos resultados de um projeto (Proteção à Saúde dos Trabalhadores em Educação) realizado em 2011. Para essa pesquisa, foram entrevistados 3.166 trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul, que responderam a um questionário sobre morbidade psíquica, possibilitando identificar queixas e sintomas que apontam para a possibilidade de ter desenvolvido transtornos, denominados Transtornos Mentais Comuns (TMC). Os resultados demonstraram que 49,87% dos trabalhadores em educação podem estar com algum transtorno psíquico, dado alarmante quando comparado a outras categorias de trabalhadores. Na Região Centro-Occidental do RS, na qual se insere Santa Maria, esse número é de 39,90%. Outros dados relevantes (e alarmantes) dessa pesquisa, expostos na Figura 1, são os seguintes: 72,5% dos trabalhadores dizem se sentirem nervosos, tensos ou preocupados; 51,1% têm sensações desagradáveis no estômago; 49,3% dormem mal; 49% têm dores de cabeça frequentes; e 47,3% cansam-se com facilidade. Além disso, 4,5% dos participantes da pesquisa (143 pessoas) já tiveram desejo de acabar com a própria vida

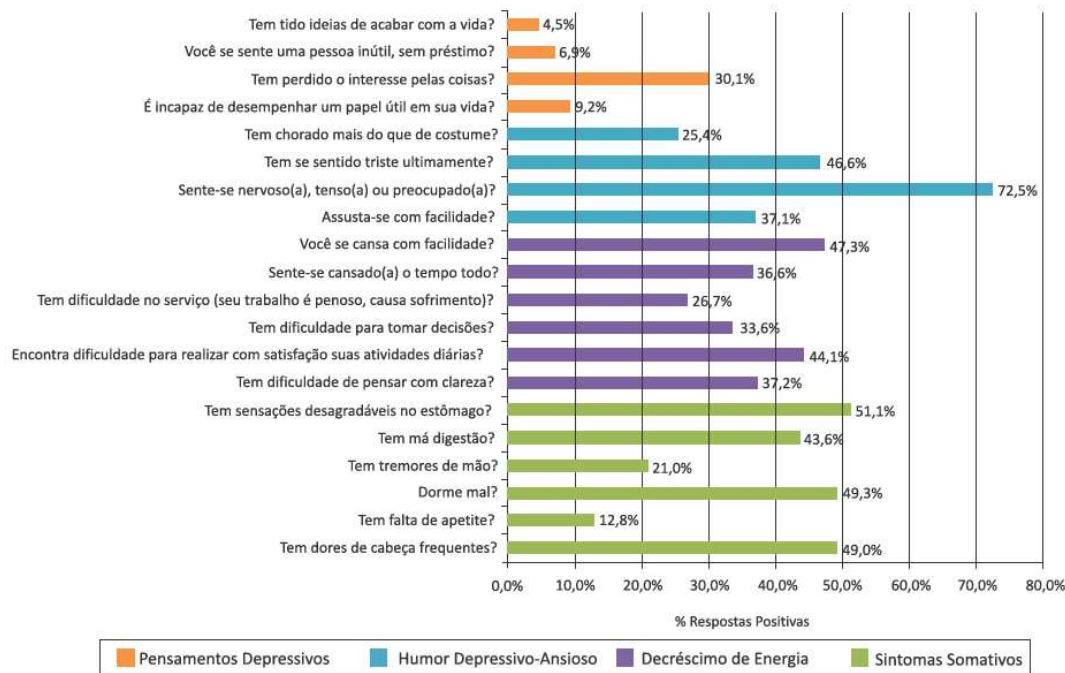


FIGURA 1: Respostas ao questionário do Projeto de Proteção à Saúde dos Trabalhadores em Educação

Fonte: CPERS-sindicato, 2012.

A principal causa da situação apontada pelo estudo é o grande desgaste que os trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul vêm sofrendo, devido aos seguintes motivos: diminuição do quadro funcional; precarização das condições e da organização do trabalho no cotidiano; sucateamento das escolas; assédio moral reiterado; falta de autonomia e de reconhecimento; contratos temporários; além do surgimento de novas demandas sociais que sobrecarregam ainda mais o trabalhador e que afetam diretamente sua saúde mental. Esses fatos indicam o esgarçamento do tempo de vida pelo tempo de trabalho, que ocorre em um modelo capitalista de aumento da produtividade e diminuição de custos, em que trabalhar deixa de fazer parte do “viver” e passa a ser um fardo. Essa situação é recorrente na atualidade em diversas profissões, inseridas nesse modelo de excesso de trabalho para cumprir as demandas do capital. A diminuição do quadro funcional, o sucateamento das escolas e os baixos salários são evidências do corte de custos e da sobrecarga de trabalho em prol de maiores rendimentos e do cumprimento de demandas.

O outro artigo divulgado pelo sindicato intitula-se “O Sofrimento Psíquico dos Profissionais do Cuidar-e-Educar na Sociedade de Controle” (ARENHART; ARENHART, 2011) e discorre sobre a precarização do trabalho dos professores e as implicações para sua saúde. Um dos destaques desse artigo consiste na atenção conferida para a chamada Síndrome de Bornout⁴, que se manifesta

⁴ A síndrome de Burnout foi assim denominada por Freudenberger (1974, apud ARENHART; ARENHART, 2011) e afeta principalmente os trabalhadores encarregados de cuidar, ou seja, pessoas que trabalham em contato direto com outras, como médicos, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e professores.

por meio de três aspectos: exaustão emocional, baixo envolvimento pessoal no trabalho e despersonalização.

Embora os professores invistam fortemente no fator emocional, afetivo e cognitivo nas suas atividades, os resultados nem sempre correspondem ao investimento feito. As decepções ao longo da carreira causam ao professor um sentimento de impotência e de incapacidade pessoal. Além da depreciação social, isso leva o professor a se autodepreciar, de modo que o seu trabalho perde o sentido e suas práticas perdem a qualidade. “Do educador se exige demais, o educador se exige demais; pouco a pouco desiste, entra em *burnout*” (ARENHART; ARENHART, 2011, p. 14). “*Burnout* foi o nome que se achou para falar de desistência no trabalho – mas não desistência do trabalho, já que a necessidade obriga o trabalhador ficar ali.” (ARENHART; ARENHART, 2011, p. 16).

A carga horária excessiva e a quantidade de estudantes atendidos faz com que o trabalho do professor perca em qualidade. Se se transfere esta mesma noção para o setor industrial, é como no fordismo a grande quantidade de produtos não permitisse sua personalização, são todos iguais, e cada trabalhador é responsável por uma etapa ou por uma peça. Na educação, cada trabalhador é responsável pela sua disciplina, não há muito tempo para interdisciplinaridade, cada um só possui tempo para dar conta da sua “peça”. Neste processo, alunos não são “personalizados”, são vistos como um todo homogêneo, não há tempo para as particularidades. Como se está tratando de pessoas, esse processo capitalista é adoecedor, já que vai contra a natureza humana de relações sociais, emocionais e afetivas. Assim, o professor se vê sob espoliação sujeito às “artimanhas da manipulação sistêmica” (ALVES, 2013).

O SINAFESE também apresenta interesse com relação à saúde de seus trabalhadores. Além de possuir um Grupo de Trabalho (GT) destinado à seguridade, no VIII Seminário Nacional de Educação do SINASEFE, realizado em 2013, destinou-se um eixo de trabalho e discussão específico ao assunto: “Práticas Educacionais e Condições de Trabalho”. Nele vários artigos relacionados ao trabalho do servidor federal estão presentes, como, por exemplo, o artigo intitulado “A saúde do servidor público federal da área da educação: um estudo de caso na cidade de Uberlândia – MG”, em que Taham (2013) chama a atenção para o alto número de licenças de saúde, de aposentadorias precoces e de servidores queixosos de suas condições laborais e da pressão sofrida no ambiente de trabalho, refletindo diretamente no número de afastamentos para tratamento de saúde. Isso foi constatado em um estudo de caso que analisou o número de licenças do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). No site da instituição pesquisada, foram acessados os boletins de serviço que contêm informações sobre as ações dos gestores da instituição (portarias e resoluções) e dos servidores (férias, diárias e licenças médicas).

No ano de 2011, houve aumento do número anual de afastamentos dos servidores públicos e, no ano de 2013, estima-se que cada servidor esteve afastado de suas atividades durante mais de sete dias, o que indica um crescimento de 43%, já que em 2010-2011 essa média foi de quatro dias.

A fim de estabelecer uma comparação com os afastamentos docentes para tratamento de saúde em Santa Maria, foram pesquisados dados dos servidores municipais junto ao IPASSP-SM. Para tratamento de saúde, no final de 2013, havia 93 servidores municipais afastados, dos quais 51 eram professores. Não foi possível obter informação quanto ao número de docentes atingidos por cada doença; no entanto, de forma geral, a maioria foi acometida por doenças ortopédicas, incluindo problemas causados por esforço repetitivo e queda. De acordo com os dados levantados, o plano de saúde oferecido pela prefeitura conta com poucos traumatologistas, motivo pelo qual o tempo de espera por uma consulta é maior, bem como para realização de outros procedimentos, se necessário, como cirurgia e fisioterapia, mantendo, conseqüentemente, o profissional afastado por mais tempo.

O segundo grupo de doenças mais frequente é relacionado ao estresse e à depressão, em que o profissional pode ficar até mais tempo afastado do que no primeiro caso, já que o tempo de recuperação não é tão preciso. Outras causas de afastamento são relacionadas à neoplasia e a questões que não se configuram como doença, tal como é o caso da licença-maternidade, que, em dezembro de 2013, foi responsável pelo afastamento de 18 servidoras municipais, das quais 11 eram professoras.

Também foram indagados diretores de escolas municipais sobre o tema, englobando perguntas sobre o número e os motivos das licenças, as aposentadorias e os principais problemas que enfrentam, por exemplo. Em uma escola, havia três professoras e uma funcionária afastada. Na segunda escola, três professoras estavam afastadas no momento da visita, mas foi salientado que até a metade do ano de 2013 11 professores estavam afastados. As principais causas referem-se a problemas de estresse e depressão, tendo levado, inclusive, à aposentadoria de uma professora em 2012 devido, além de problemas ortopédicos e de afastamento para acompanhar o tratamento de familiares.

Tomando essas informações como um panorama da situação e de algumas ações dos agentes e das instituições envolvidas, aplicou-se um questionário a sete professores de Geografia da rede pública – municipal, estadual e federal – de Santa Maria, que cederam suas turmas para estágios curriculares do curso de Geografia da UFSM no ano de 2013, sendo assim contatados. Cinco professores são associados a sindicatos, dois ao SINPROSM, dois ao CPERS e um ao SINASEFE. Uma das participantes foi fundadora do Sindicato dos Professores Municipais, tendo trabalhado neste por dez anos.

Dentre os professores que responderam ao questionário, o tempo na profissão variou de três anos até 33 anos, sendo a média de, aproximadamente, 18 anos de trabalho. Nesse período, alguns lecionaram outras disciplinas afins, além da geografia. A grande maioria respondeu trabalhar 40 horas semanais, havendo destaque para um docente que disse ter 57 aulas semanais e para uma professora que, além das 40h, trabalha na coordenação da escola. Foi declarada uma quantidade diversa de conteúdos e níveis de compreensão com base nos quais o professor deve preparar sua aula, pois a maioria dos professores dá aula para várias séries do ensino.

Dos sete docentes, três tiveram de se afastar do trabalho por motivos de saúde, como: acidente de trânsito; problemas na gravidez; e estresse e crises diagnosticadas, incluindo ansiedade e depressão. Por outro lado, a totalidade dos professores respondeu perceber colegas com problemas de saúde resultante das condições de trabalho. Os problemas citados foram principalmente de ordem psíquica e mental (uma colega precisou ser internada devido à síndrome do pânico), tendo alguns mencionado ainda, problemas nas cordas vocais e na coluna. Isso condiz com a pesquisa realizada pelo CPERS no estado do Rio Grande do Sul, mencionada anteriormente, sendo resultado da relação de espoliação e precarização sofridas por essa classe trabalhadora, em um modelo capitalista que vê a escola como mercadoria e pouco se preocupa com os indivíduos e sim com os números dos efetivos populacionais atendidos. Existem metas a serem alcançadas para corresponder a índices nacionais e internacionais, que influem no andamento da economia do país e suas relações internacionais.

É necessário considerar, nesse contexto, tanto os fatores pontuais quanto os globais que impactam as características da educação, analisando-se o atual momento do sistema capitalista. Segundo Mézaros (2008, p. 25), poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos de reprodução social estão intimamente ligados. As decisões governamentais e as diretrizes políticas são, assim, processos bem mais abrangentes do que se poderia pensar.

A esse respeito, Vesentini (2010, p. 110) explicita que o próprio Estado capitalista, praticamente em todas as partes do mundo, regula o papel da escola, principalmente no que diz respeito ao ensino de disciplinas da área das humanas, como é o caso, por exemplo, do ensino de Geografia. Os próprios alunos queixam-se do caráter pouco atrativo do ensino, sem atentar para o fato de que a Escola é fomentada, também, a partir das desigualdades do espaço geográfico, uma vez que, em um sistema capitalista, as diferenças do/no espaço geográfico atingem todos, conforme apresenta Castrogiovanni (2013, p. 44).

Para mudar esse quadro, nas questões abertas do questionário aplicado, os docentes sugeriram aspectos para a melhora da educação brasileira: valorização e melhores condições de trabalho; redução de alunos por sala; pagamento do piso nacional; ampliação da infraestrutura;

diminuição da carga horária em sala de aula; mudanças curriculares significativas; alunos mais comprometidos; e pais atuantes. Um professor respondeu não acreditar na melhora da educação, pois, segundo ele, os governantes apenas a usam para fins políticos eleitorais, o que remete à seguinte afirmação de Kaercher (2013, p. 23): “o paradoxo é que o resgate da escola pública está nas mãos de quem pouco precisa ou se importa com ela”. Outra professora sintetizou desta forma algumas respostas ao problema educacional: “1º Família – presente, 2º Governantes – responsáveis, 3º Professores – comprometidos”.

Como uma particularidade da disciplina, um dos professores salientou que, “no caso da Geografia, a carga horária é baixa e o professor pega todas as turmas da escola e quando não fecha a carga horária é obrigado a trabalhar em duas ou três escolas para completar a carga horária”. Isso vai ao encontro do que foi discutido em relação à variedade de conteúdo e ao número de alunos e turmas, bem como o baixo salário que leva aos professores buscarem por mais carga horária. Para o ensino da disciplina, os docentes disseram ser necessário: materiais e laboratórios equipados (GPS, programas de computadores, SIG, materiais lúdicos sobre sistema solar e movimentos da Terra etc.); acompanhamento dos avanços tecnológicos nos cursos de geografia, pois consideraram muitos cursos universitários de geografia arcaicos, tradicionais e conservadores; formação continuada dos professores; boa vontade dos professores; aulas dinâmicas; e desenvolvimento de projetos que façam com que o aluno se sinta envolvido com a atividade.

De forma geral, novamente a questão da infraestrutura, da formação continuada dos professores e do empenho destes, associado ao uso de tecnologias e ao preparo dos docentes, veio à tona. Segundo Tonini (2013, p. 52), “a diferença entre o que ocorre entre uma prática com uso massivo das tecnologias digitais e uma interativa são impressionantes. Num uso massivo a tecnologia será usada como plataforma de distribuição de atividades”.

O questionário contou com outra questão aberta, onde o docente se manifestou com respostas amplas e diversas. As respostas ao comentário “De maneira livre, fale sobre suas satisfações e insatisfações com a sua profissão” foram transcritas no Quadro 1, exposto a seguir.

QUADRO 1: Satisfações e insatisfações docentes.

Satisfações	Insatisfações
Amo minha profissão; Contato com a gurizada; Ensinar e aprender ao mesmo tempo; Levar aos alunos um modo diferente de ver a sociedade; Vivência com os colegas de profissão; Retorno positivo recebido dos alunos todos os anos; Trabalhar com jovens-adultos traz renovação e a vontade de sempre trazer algo novo para que o aluno aprenda; A troca, os questionamentos, as conversas em sala de aula; Quando o aluno (por dominar mais a tecnologia e ter mais tempo frente ao computador) sabe mais de uma notícia que o professor; Ver o resultado do que foi ensinado, trabalhos sendo apresentados;	Descaso dos poderes públicos; Educando e suas famílias (algumas) que não respeitam nem valorizam o professor; A cobrança, a burocracia e o salário; Salas lotadas; Dificuldades encontradas em algumas comunidades escolares; Falta de tempo de planejar as aulas; Alunos desmotivados (já chegam à sala de aula com vários problemas – de casa, da rua, do emprego); No caso dos professores municipais: embora recebam o piso, a todo hora (SMED) fica ameaçando os professores que irão reduzir a matriz curricular para ocorrer sobra de professores e com isto não será necessário realizar concurso; O Estado está quebrado e que não tem como pagar o piso.

Fonte: Questionário, Santa Maria/RS, 2013.

Sintetizando o que proporciona satisfação no trabalho dos professores de Geografia, além de ver a aprendizagem e o retorno de seu trabalho, pode-se aferir que a afetividade e motes emocionais são bastantes presentes, como o fato de amar a profissão e conviver com colegas e alunos, algo que extrapola o quesito “profissional”. Já nas insatisfações existem fatores materiais carentes muito marcantes, como remuneração e infraestrutura. Além de aspectos imateriais, como desrespeito, desvalorização e desmotivação.

É importante salientar que o professor de Geografia da rede federal não pontuou exatamente as mesmas questões que os professores da rede municipal e estadual nessa última pergunta. Esse professor afirmou estar satisfeito com salário e condições de trabalho, embora esteja descontente

quanto ao alto número de alunos por turma. Outro professor, da rede estadual, optou por não revelar suas insatisfações.

Diante disso, pode-se afirmar que os professores estaduais e municipais são os que apresentam os mais baixos salários e enfrentam as maiores lutas, fazendo inúmeras reivindicações por meio de paralizações e greves na tentativa de melhorar suas condições de trabalho e a qualidade de ensino. A espoliação ocorrida na relação-capital é evidente por meio dessas questões: do professor são usurpados o salário, as estruturas para execução de seu trabalho e a sua saúde. Ainda assim, cobra-se dele a formação permanente, o uso de novas tecnologias e métodos de ensino, bem como o alcance de determinados índices e número de aprovações.

No Brasil em sua tentativa de “progresso” tem-se a alta precarização da educação básica, pois evidencia-se apenas a quantidade, número de alunos matriculados, número de escola abertas, número de repetentes (que deve ser o mais baixo possível), entre outros dados quantitativos que não acompanham a transformação qualitativa de sua realidade educacional. É necessária, assim, a valorização dos professores do ensino básico, seja quanto às condições de trabalho e ao salário, seja quanto ao reconhecimento de seus esforços e da luta para a melhoria da educação, enquanto profissionais capazes e bem preparados, como afirmou uma professora:

“Se ganhássemos bem faríamos algo diferente? A qualidade do ensino seria outra? Não basta ter um bom salário, temos que ter comprometimento e fazer com que a sociedade fique satisfeita com o nosso trabalho. Infelizmente, às vezes observo esta realidade nas conversas na sala dos professores (...) Então o verdadeiro professor irá, sim, lutar por um salário justo, mas o diferencial será o sorriso de um aluno, a demonstração do que ele aprendeu.”

Salienta-se também que os sete professores participantes do questionário afirmam gostar de sua profissão e acreditar nela, como pode ser observado no depoimento a seguir de um dos professores (2013): “apesar de tudo, ainda acredito que os benefícios e a satisfação pessoal na minha profissão fazem valer a pena continuar”.

5. Considerações finais

A precarização da educação básica pública reflete nas condições laborais dos professores, causando problemas constatados nas discussões sindicais, no número de licenças na rede municipal e nos relatos verificados dos professores de Geografia. Os problemas podem diferir de acordo com as redes e as modalidades de ensino, que possuem maior ou menor infraestrutura, piores, ou melhores salários e alunos menos, ou mais preparados.

Nas redes públicas de Santa Maria existem obstáculos a serem ultrapassados, visando melhores condições de trabalho dos professores e melhor qualidade de ensino. É necessário mais

investimento em educação, melhores salários, melhor infraestrutura nas escolas, enfim, os atributos materiais que se fazem ausentes. Também investimento de forma não-material, reconhecimento social do trabalho do professor, do seu esforço frente às dificuldades, frente ao desinteresse dos alunos, frente à ausência de atuação da família, dos poderes públicos, da sociedade de forma geral.

As causas para esses problemas ficam claras através da análise da bibliografia estudada, que aponta para as relações entre escolaridade e mercado de trabalho dentro de um contexto sistêmico de precarização do trabalho. Afinal, o mercado de trabalho no Brasil, de forma geral, não necessita de mão de obra altamente especializada, além de explorar ou espoliar trabalhadores para maior acúmulo de capital.

Para o ensino de Geografia as consequências recaem na diminuição de sua presença nas grades curriculares, demandando cargas horárias reduzidas e dispersas e acirrando a falta de tempo para a preparação de aulas e pesquisa de conteúdos, falta de recursos e infraestrutura, falta de interesse de alunos e apoio dos pais, excesso de turmas, excesso de alunos por turma, excesso de carga horária, um conjunto de características desencadeadoras de problemas de saúde diversos.

Ao trazer à tona algumas dessas consequências, evidenciando que os problemas da educação (ou da falta de uma educação de qualidade) acarretam na saúde dos docentes, é preciso reconhecer que estes se empenham e lutam por um ensino melhor, apesar das condições de trabalho adversas a que são submetidos. Tal reflexão pode vir a transformar, também, a compreensão por parte da sociedade acerca da situação trabalhista do docente, concedendo a este, ao menos, o reconhecimento pelos seus esforços.

Referências

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade:** A precaridade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis, 2009.

_____. **O que é precariado?** [S. l.], 2013. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 20/12/2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENHART, Amábilis Beatriz Portela; ARENHART, Lívio Osvaldo. **O Sofrimento Psíquico dos Profissionais do Cuidar-e-Educar na Sociedade de Controle.** Porto Alegre, 2011. Disponível em: < http://www.cpers.org.br/includes/thumbs.php?src_rw=imagens/publicacoes/control_e_sofrimento_psiquico_educadores.pdf >. Acesso em: 20/12/2013.

BERNARDES, Adilson Toledo. A precarização do trabalho docente no ensino público estadual do estado de São Paulo e a territorialização do capital na educação – uma análise a partir de Ourinhos. IN: **Anais da XIII Jornada do Trabalho:** “A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais

no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho”. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2012. p. 180-190.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Os movimentos à necessária inquietude do saber geográfico – novos desafios. IN: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KERCHER, N. A. (ORGs). **Movimentos no Ensinar Geografia**. Porto Alegre: Compasso, 2013. p. 35-48.

CPERS-sindicato. **Cuidado! A saúde da educação está em perigo**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < http://www.cpers.org.br/includes/thumbs.php?src_rw=imagens/publicacoes/cartilha_saude_dos_educadores_setembro_2012.pdf >. Acesso em: 20/12/2013.

GATTI, Bernadetti Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. IN: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2005. v. 31, n. 2, p. 189-199. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>>. Acesso: 12/12/2013.

KAERCHER, Nestor André. Os movimetos que meus mestres me ensinam: ddd's, signos, alimentos, escadas, luzes, grenais. IN: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KERCHER, N. A. (ORGs). **Movimentos no Ensinar Geografia**. Porto Alegre: Compasso, 2013. p. 13-34.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, Maria Luiza Maciel. Condições de trabalho e saúde docente. IN: **Anais do VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_2/condicoes_trab_saude_docente.pdf>. Acesso: 12/12/2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 2. Ed.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SINPROSM. **Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria**. Disponível em: < <http://www.sinprosm.com.br/> >. Acesso: 12/12/2013.

TAHAM, Thiago. A Saúde do Servidor Público Federal da Área da Educação: um Estudo de Caso na Cidade de Uberlândia – MG. IN: **VIII Seminário Nacional De Educação Do Sinasefe**. Eixo 2: Práticas Educacionais E Condições De Trabalho. Natal, 2013. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php/boletins/cat_view/41-documentos-/240-8d-seminario-nacional-de-educacao-do-sinasefe/243-artigos>. Acesso em: 20/12/2013.

TONINI, Ivaine Maria. Movimentando-se pela web 2.0 para ensinar Geografia. IN: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KERCHER, N. A. (ORGs). **Movimentos no Ensinar Geografia**. Porto Alegre: Compasso, 2013. p. 49-62.

VESENTINI, José William. Ensino de Geografia e Luta de Classes. IN: OLIVEIRA, A. U. de (ORG). **Para Onde Vai o Ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2010. p. 109-117.

Recebido em: 02/10/2014

Aprovado em: 19/03/2015